

Capítulo de livro publicado em:

**Pedagogia Socialista – Legado da revolução de 1917 e desafios atuais**

**Organizadores:** Roseli Caldart e Rafael Litvin Villas Bôas

**ISBN:** 978-85-7743-313-1

**Páginas:** 320

**Formato:** 14 x 21 cm

**Editora:** Expressão Popular

**Coleção:** Clássicos da Pedagogia Socialista

**1ª edição,** outubro de 2017

**A subordinação do trabalho ao capital: contradições e desafios\*.**

Virgínia Fontes\*\*

As classes trabalhadoras sob o capitalismo conservam e ampliam seus elementos históricos (e categoriais) fundantes, ao tempo em que agregam novas e complexas determinações impostas pelas mudanças ininterruptas da dinâmica social, das lutas de classes e da própria escala internacional do capitalismo, do crescimento numérico dos trabalhadores e sua diversificação pelo aprofundamento da divisão social do trabalho, assim como resultantes das experiências ideopolíticas nacionais e internacionais.

Os elementos fundantes cruciais podem ser resumidos – simplificadamente – em expropriação, sujeição, formas de extração de valor e de lutas (políticas, sociais e culturais, nas quais se consolidam formas de consciência), com configurações muito variadas, como oportunamente demonstrou E. P. Thompson (1987; 1995).

Aqui, nos concentraremos nos dois primeiros elementos que, integrando o cerne da constituição histórica da classe trabalhadora sob o capital, são permanentemente atualizados, ampliados, modificados. A expropriação está diretamente relacionada com os procedimentos de transição para o capitalismo, quando dentre outros fatores (MARX, 1985: cap. 24; WOOD, 2001), abate-se intensa violência sobre o povo do campo, expulsando-o de suas terras, impedindo seu acesso às terras comunais, violência da qual resulta a base social para o capitalismo: os seres sociais que doravante necessitam subsistir em condições mercantis. A expropriação massiva da população do campo, iniciada na Europa sobre seus próprios camponeses (inclusive expatriando-os em grande escala para as Américas e outras colônias) foi estendida ao mundo sob formatos variados, a começar pela brutal captura realizada sobre os povos africanos, escravizados e levados para as Américas para

---

\* Texto apresentado ao Seminário Nacional: Construção histórica da Pedagogia Socialista - Legado da Revolução Russa de 1917 e desafios atuais. ENFF, Guararema, SP, 24 a 27 de maio 2017.

\*\* Professora da ENFF/MST e dos Programas de Pós-Graduação da Univ. Federal Fluminense e da EPSJV/Fiocruz. Integrante do Núcleo de Estudos sobre Marx e o Marxismo – NIEP/MARX-UFF.

a produção escravista-mercantil.

Como se depreende desse minúsculo panorama, as formas de sujeição concretas certamente foram (e são) variadas, mas vale destacar aquela, central e característica do capitalismo: a naturalização da necessidade da sobrevivência como impulso primordial para a venda da força de trabalho. Ela é apresentada como condição de existência “livre”, desvinculados os trabalhadores de quaisquer condições de assegurar a própria subsistência. O que poderia ser a descoberta da expressão efetiva da condição histórica humana, posto que a produção da existência sempre é socializada, e em nenhuma sociedade subsistem seres isolados, torna-se forma de aprisionamento sob o capitalismo. A fragilidade e a nudez perante *o mercado* apresentam-se doravante como uma espécie de “natureza humana” capitalista. A propriedade do capital nutre-se da potência social da produção coletiva, mas isola os produtores e converte em necessidade o que poderia ser efetiva liberdade.

Está é uma das contradições desse modo de ser: a esmagadora maioria dos trabalhadores compartilha tais pressupostos e, ademais, produz todos os bens dessa sociedade. Há enorme socialização derivada de crescente divisão social do trabalho. Mas a riqueza gerada por essas atividades coletivas está a cada dia mais concentrada nas mãos de poucos grandes proprietários, que impulsionam a ferro e fogo concorrência feroz entre os trabalhadores<sup>1</sup>. Dentre as formas de sujeição dos trabalhadores ao capital, uma das mais persistentes deriva da concorrência entre os capitais, que por seu turno impulsiona a ameaça do desemprego (ou o concretiza), isto é, a impossibilidade dos trabalhadores assegurarem sua sobrevivência, aumentando o número dos seres sociais concorrendo no mercado para vender sua própria capacidade de produzir e reduzindo o seu valor.

No século XX, evidenciaram-se novas formas de expropriação, incidindo sobre os trabalhadores urbanos (isto é, descendentes de trabalhadores expropriados há muitos anos), confirmando a hipótese de Marx, de que “a relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apoie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente.” (MARX, 1985: p. 262). O predomínio praticamente universal do capitalismo no século XXI convive com a continuação da expropriação de trabalhadores rurais, e com a explicitação de outras expropriações, tão ou mais dramáticas: a das águas doces e salgadas, a da capacidade genética de reprodução de plantas e animais, e, para ficar no nosso tema, na brutal separação entre emprego e trabalho, ou seja, na expropriação dos direitos ligados aos contratos de trabalho, assim como dos direitos sociais. Assim como ocorreu na expropriação originária ou

---

1 Segundo a OXFAM, em seu *Relatório 2017*, “desde 2015, o 1% mais rico detinha mais riqueza que o resto do planeta. Atualmente, oito homens detêm a mesma riqueza que a metade mais pobre do mundo.”, p. 2. Disponível em: [https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/economia\\_para\\_99-relatorio\\_completo.pdf](https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/economia_para_99-relatorio_completo.pdf), acesso em 30/06/2017.

primária, os processos expropriatórios são múltiplos: demissões massivas de trabalhadores, modificações legais nos contratos de trabalho, subtraindo sucessivamente direitos aos trabalhadores, contrapondo gerações, etc. (FONTES, 2010:39-98).

### DIMENSÕES E CONTRADIÇÕES NA CLASSE TRABALHADORA HOJE

As dimensões das classes trabalhadoras na atualidade, sua configuração e composição estabelecem grandes desafios pelo seu gigantismo, abrangendo todos os quadrantes do planeta, com imensa variedade e diversidade. As classes trabalhadoras são constituídas pelo conjunto dos seres sociais cuja existência depende da venda de sua força de trabalho (ANTUNES, 1999) e de formas de sujeição variadas a proprietários sob diversas modalidades<sup>2</sup>. Não se trata apenas de um operariado fabril, que também a integra nuclearmente, mas da massa de seres sociais disponíveis e necessitados de sobreviver em condições mercantis. A expansão do capitalismo é um contínuo processo de industrialização de atividades até então realizadas sob outras formas. Tal industrialização não significa apenas que tais atividades e trabalhadores estejam submetidos a um sistema “fabril” – embora muitas vezes isso ocorra – mas que a relação sócio-econômica fundamental que ali se trava é a de extração de valor. A generalização da educação e saúde privadas são um bom exemplo de industrialização de setores antes ligados aos serviços, assim como os novidadosos aplicativos para transporte urbano, como o Uber.

Tampouco as classes trabalhadoras estão “naturalmente” encerradas em “Estados-nação” e por eles isoladas das questões internacionais<sup>3</sup>. O próprio Estado é uma das mais significativas modalidades de sujeição dos trabalhadores. A formação histórica dos Estados capitalistas têm diversos determinantes que não poderemos tratar neste texto. Dentre tais determinantes vale lembrar tanto a contenção de trabalhadores no interior de suas fronteiras (controle de fronteiras para pessoas, imposição de passaportes, de documentos de identidade, comprovação de residência, etc.), quanto a construção de símbolos e mitologias nacionais (HOBSBAWM & RANGER, 1984) que, muitas vezes apoiados em tradições populares, reforçam uma subordinação dos trabalhadores (inclusive de suas conquistas) aos aparelhos estatais e nutrem seu aparente isolamento frente às demais classes trabalhadoras. Este processo configura uma dramática e significativa contradição do capitalismo em sua escala atual: o próprio movimento dos capitais de um lado socializa o processo produtivo em dimensões transcontinentais, e de outro coloca em concorrência massas de

2 Van der Linder (2013:49-73) alerta para a multiplicidade de formas de subordinação dos trabalhadores, desde os formalmente livres até modalidades variadas de constrangimento (inclusive o trabalho análogo à escravidão), além da enorme parcela sem contratos regulares de trabalho ou desempregados.

3 A intensificação da internacionalização capitalista exige dos historiadores e dos analistas dos trabalhadores minuciosa reflexão sobre a estreiteza dos limites nacionais para tratar tal tema (FONTES, 1998); Marcel van der Linden destaca a dificuldade trazida pelo “nacionalismo metodológico” que reifica os Estados-nação, fazendo coincidir de maneira naturalizada o território, a população e o Estado (2013: 09-26).

trabalhadores encapsuladas em espaços nacionais diversos. Guerras e crises agudas geram dramáticos movimentos populacionais, como a migração em massa que vem ocorrendo nos últimos através do Mediterrâneo, cujas águas tornaram-se o túmulo de milhares de migrantes, sem falar de muros e bloqueios erguidos contra a movimentação dos sobreviventes em diversos países da Europa.

O predomínio avassalador do capital, especialmente após o fim da União Soviética, aprofundou procedimentos expropriatórios em todos os continentes, do que resulta trabalhadores “livres” (expropriados), porém vivendo em condições muito diversificadas, nos campos e nas cidades. É possível identificar algumas tendências, em geral coligadas com as pressões exercidas pelo capital. Há porém significativas diferenças no interior das classes trabalhadoras, e que resultam de intensos processos de luta social, ainda que se afigurem como fragmentações ou segmentações internas. Enorme conjunto de imposições do capital e de lutas sociais modifica a própria maneira pela qual necessitamos analisar as classes trabalhadoras, tanto nos âmbitos nacionais quanto no espaço internacional.

A seguir apresentaremos sobretudo algumas dessas diferenciações. É bom lembrar, entretanto, que a classe trabalhadora pode ser tendencialmente homogênea do ponto de vista de sua *condição* social<sup>4</sup> (considerada aqui como a relação na qual os seres sociais se incorporam à vida social, se desprovidos dos meios de produção e da propriedade dos recursos sociais de produção, ou integrando famílias proprietárias), mas essa tendência não pode ser tomada como expressão direta da realidade das classes sociais, uma vez que o capitalismo não é um sistema de castas fechadas e, portanto, abriga a possibilidade de trânsito de uma situação a outra, isto é, de expropriado a proprietário e, vice-versa, de proprietário a expropriado. Mesmo se numericamente tal possibilidade é escassa, ela desempenha forte papel de convencimento para a sujeição, isto é, para a aceitação das desigualdades sociais, ao apresentar o “sucesso” capitalista como resultado de méritos que, sabemos, somente atua em ínfimos casos. Ademais, a própria *condição de classe* trabalhadora convive com diferenciações, que poderíamos chamar de *posições* de classe, entre setores de trabalhadores com condições mais estáveis e seguras, outros ocupando posições mais instáveis, além dos desempregados.

É importante relembrar que trata-se de uma classe trabalhadora forjada sob a expropriação capitalista, formada para a subalternidade ao capital e ao mercado, educada para mirar-se no exemplo de uma ínfima fração de empreendedores exitosos. Sua *condição* de classe não a predispõe necessariamente a ser revolucionária ou reformista, mas a adequar-se ao mundo no qual precisa produzir toda a riqueza, convertida em luxo ostentado pelas burguesias dominantes. Como as

---

4 Utilizo aqui de maneira algo modificada a diferenciação sugerida por BOURDIEU (2007: 3-25).

classes trabalhadoras são as que de fato produzem toda a riqueza existente, elas experimentam e vivenciam com enorme agudeza as contradições sob as quais devem assegurar sua existência e reprodução, em condições cada vez mais impiedosas de extração de mais-valor.

A enorme massificação e ampliação da classe trabalhadora (expropriada e totalmente dependente do mercado ou semi-expropriada) no mundo significa que há simultaneamente uma aproximação do ponto de vista da condição de classe (isto é, daquilo que constitui sua condição social primordial, avassalados direta ou indiretamente ao mercado de trabalho) e enormes diferenciações do ponto de vista de sua posição de classe no interior de cada país e no plano internacional. Aqui interferem múltiplos fatores, desde as estratificações sociais diversificadas segundo histórias e culturas díspares, até a propagação de formas de segregação que, forjadas em situações peculiares, muitas vezes atravessam períodos, países e situações históricas diversas.

Pode-se falar de uma tendência internacional à precarização das condições laborais, na qual há uma crescente separação entre “emprego” (contrato de trabalho ao qual se associam direitos) e trabalho, este expressando de maneira mais direta a subordinação à potência abstrata do capital. O caso dos trabalhadores submetidos ao sistema Uber é talvez o mais ilustrativo, no qual não há contratos, salários, jornadas, direitos, férias, etc. (FONTES, 2017) Talvez seja o melhor exemplo da separação entre emprego e trabalho no mundo contemporâneo.

Em recentes artigos, Marcelo Badaró Mattos (2017 a; 2017 b) atualizou alguns dados colhidos de instituições internacionais. Neles, mostra que em 2013, cerca de metade da população mundial integrava a força de trabalho; que o número de empregos no mundo cresceu mas que, dentre os 3.1 bilhões de postos de trabalho ocupados em 2013, havia enorme variação. Apenas 1,65 bilhões recebiam salários regulares, enquanto 1,5 bilhões trabalhavam na agricultura e em pequenas empresas familiares. Mattos assinala ainda que, além de cerca de 200 milhões de oficialmente desempregados, 2 bilhões de pessoas (na maioria jovens) não mais procuravam emprego. Menciona ainda que a Organização Internacional do Trabalho-OIT avalia que cerca de 50% do emprego no mundo é assalariado (com enormes variações regionais), mas o dado bruto envolve contratos temporários e/ou de tempo parcial. A própria OIT conclui haver crescente disparidade entre os ganhos de produtividade e a remuneração dos trabalhadores: a produtividade cresce muito mais rápido do que os ganhos salariais na maior parte do mundo. A mesma instituição é obrigada a concluir que: “em resumo, o modelo do emprego padrão [estável e de tempo integral] é cada vez menos representativo do mundo do trabalho atual, pois menos de um em cada quatro trabalhadores está empregado em condições correspondentes a esse modelo”.<sup>5</sup>

---

5 A origem dos dados é OIT, World employment and social outlook 2015: The changing nature of jobs, Geneva: ILO, 2015, p. 13. Apud MATTOS (2017 a).

Beverly Silver tem interessante pesquisa de dimensões internacionais sobre a classe trabalhadora, com ênfase no setor especificamente fabril, no qual analisa deslocamentos territoriais e setoriais do capital ao longo de um século, em paralelo aos movimentos de trabalhadores, abordando os setores têxtil, da indústria automobilística, de transportes e de semi-condutores (SILVER, 2005). Sua pesquisa aponta para um “permanente refazer-se da classe trabalhadora”, uma vez que suas lutas, mesmo locais, têm efeitos, inclusive em escala internacional. Entretanto, mantidas as conquistas no interior da dinâmica capitalista, podem também resultar em saídas de capital (transferências de setor) ou deslocalizações (regionais ou internacionais), que tentam “desfazer” as classes trabalhadoras de alguns setores, ao mesmo tempo em que promovem aumento da composição orgânica do capital (maior peso relativo de tecnologia e redução relativa de trabalhadores). Todos esses movimentos tendem a alterar a composição das classes trabalhadores onde estavam estabelecidas, mas também refazem “novas” classes trabalhadores em novos locais, reabrindo-se os ciclos de luta.

Em textos mais recentes, ela retoma essa noção do permanente “refazer-se” da classe trabalhadora, com uma análise que conclui pela tendência ao aumento das lutas, à luz das experiências seculares das classes trabalhadoras:

Ao focar no fazer, desfazer e refazer-se das classes trabalhadoras, nós acabamos por ficar mais atentos quando surgem lutas novas, tanto das classes-trabalhadoras-em-formação quanto aquelas feitas pelas antigas classes trabalhadores que estão sendo desfeitas; ou seja, as lutas daqueles que estão experimentando tanto os lados criativos quanto os destrutivos do processo da acumulação de capital. (...) *onde o capital vai, o conflito capital-trabalho vai atrás.* (...) “E cada vez mais fica parecendo que o capital *não tem mais lugar para onde fugir.*” (SILVER, 2016 a)

Beverly Silver assinala, entretanto, algumas das contradições que atravessam as classes trabalhadoras:

Historicamente, contudo, o capitalismo desenvolveu-se a partir do colonialismo, do racismo e do patriarcado, dividindo a classe trabalhadora pelo status (valendo-se de diferenças em termos de cidadania, raça/etnicidade e gênero) e, com isso, tornando cada vez mais difícil a capacidade dos trabalhadores em produzirem visões emancipatórias da classe que fosse, de fato, unívoca. Hoje inclusive há alguns sinais de que essas divisões estão se solidificando – no que poderia se falar do aumento dos sentimentos anti-imigração e da xenofobia, dos esforços para restringir os fluxos migratórios e das tentativas de reforçar os privilégios baseados na cidadania. Mas também há sinais de que, por outro lado, essas divisões estão ficando cada vez mais opacas e até mesmo disfuncionais,

abrindo caminhos para mobilizações em nível local, nacional e internacional capazes não apenas de se solidarizar com os protagonistas dos três tipos de agitação operária, mas também de gerar projetos emancipatórios e transformadores para o século XXI. (SILVER, 2016 b)

No tocante ao Brasil, em que pese maior número de empregos com carteira assinada verificado na primeira década do século XXI, esta formalização não assegurava nenhuma garantia contra a precariedade laboral. Diversos autores assinalaram a intensificação dos processos de trabalho (DAL ROSSO, 2008), a precarização do trabalho em setores ditos de “ponta” ou “virtuais”, gerando “infoproletários” (ANTUNES & BRAGA, 2009; BRAGA, 2012), a falácia da suposição de uma crescente “classe média” (POCHMANN, 2014), a extensão de um “precariado” (BRAGA, 2012), além de análises coletivas sobre as modificações dos processos produtivos em detrimento dos trabalhadores. (ANTUNES & SILVA, v.1, 2004 e v.2, 2010).

Assim ao lado do crescimento da classe trabalhadora brasileira, ocorreria também o aumento de sua heterogeneidade:

Calcula-se que os trabalhadores terceirizados perfaziam 26,8% do mercado formal de trabalho, totalizando 12,7 milhões de assalariados, em 2013. Falamos dos contratados formalmente, mas através de empresas prestadoras de serviços pelas empresas em que efetivamente trabalham, com salários menores e menor cobertura de direitos. Diversos estudos demonstram como os terceirizados possuem jornadas maiores, rendimentos mais baixos, estão sujeitos a maior rotatividade no emprego e são as maiores vítimas de acidentes de trabalho. (MATTOS, 2017 a)

Dados ainda mais recentes mostram a devastação dos empregos iniciada no governo Dilma Rousseff se acelerou (duplicou) após o golpe palaciano parlamentar-jurídico-midiático de 31 de agosto de 2016, traduzida no número oficial de 14,2 milhões de desempregados no primeiro semestre de 2017.

Segundo Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, desde o 1º trimestre de 2014, o país perdeu cerca de 3 milhões de postos de trabalho com carteira assinada. De acordo com o IBGE, a menor desocupação foi registrada no trimestre encerrado em fevereiro de 2014, quando havia 6,6 milhões de desempregados, ou seja, esse número mais que dobrou em três anos. “O mercado de trabalho continua a apresentar deterioração. Perdemos mais de 1,8 milhão de postos de trabalho, sendo que cerca de 70% dessa perda foi de empregos com carteira de trabalho assinada”, diz Azeredo. (SILVEIRA & CAVALLINI, 2017)

Que diferenças expressivas se evidenciam no interior da classe trabalhadora brasileira? Decerto, suas primeiras e dramáticas consequências separam os que conseguem vender sua força de trabalho e os demais, entre os que têm direitos e os que precisam sobreviver esgueirando-se entre atividades múltiplas e escassos direitos. As marcas das opressões históricas, mantidas, generalizadas e até mesmo aprofundadas pela extensão do capitalismo atravessam as classes trabalhadoras, a começar por fortíssimas desigualdades regionais. Mesmo dentre os empregados, o racismo e o machismo atingem profundamente os trabalhadores :

Segundo o censo de 2010, os homens recebiam no País em média 42% mais que as mulheres. Aqueles mais de 60% de trabalhadores formais registrados no início dos anos 2010 eram o resultado de uma soma em que 24% eram mulheres e 39% homens. (...) Desagregando os dados sobre rendimentos de 2010 a partir das classificações raciais do IBGE, os rendimentos médios mensais dos brancos (R\$ 1.538, em valores da época) e amarelos (R\$ 1.574) *se aproximavam do dobro do valor recebido pelos grupos de pretos (R\$ 834), pardos (R\$ 845) ou indígenas (R\$ 735)* (MATTOS, 2017 a. Grifos nossos, VF).

Acrescentemos ainda outras formas de segregação e/ou discriminação vigentes, sem intenção exaustiva. Prosseguem desigualdades brutais, como a permanência de favelas em todo o país, o que sustenta discriminações por local de habitação, incidindo tanto no acesso a empregos, quanto em condições de transporte e, finalmente, na manutenção da própria vida (tiroteios e invasões policiais são frequentes nessas regiões, com enorme número de assassinatos e mortos por balas perdidas, inclusive entre crianças). A violência que incide nas cidades e no campo tem claro recorte de classe e é direcionada contra os setores populares. Outra imposição de divisões da classe trabalhadora vem sendo implementada pelo próprio Estado, através da contratação de novos trabalhadores para o setor público com menos direitos do que os que já empregados, os quais conservam os direitos anteriores. Trata-se de uma *dessolidarização geracional* de ampla escala, introduzindo diferenças e fragilizando todos os trabalhadores, jovens ou menos jovens.

A grande maioria dos comentários acima refere-se à classe trabalhadora em geral, sem especificação sobre suas parcelas urbanas e rurais. A rapidez e a violência das expropriações no campo, assim como a brutal concentração da propriedade de terras tende a aparentemente reduzir o alcance das reflexões sobre a significativa parcela dos trabalhadores rurais. Historicamente entretanto, a própria concepção de classe trabalhadora envolveu a articulação entre o proletariado urbano, especificamente o setor operário (muitas vezes considerado apenas como os integrantes dos empregos fabris, e não envolvendo o conjunto da classe trabalhadora) e a população camponesa.

Não entraremos no debate sobre a definição de campesinato, valendo apenas lembrar que, qualquer que seja, precisará levar em consideração a explicitação de uma *proposta* ou *expectativa camponesa* da parte dos principais movimentos sociais dos trabalhadores rurais no Brasil. Interessamos consignar sua composição.

No mundo, a parcela de residentes rurais atinge ainda quase a metade da população: em 2016, 45,7% da população mundial integrava a população rural segundo o Banco Mundial (2017). A diversidade de relações de trabalho é também significativa no mundo rural. Em que pese não termos números sobre os processos de expropriação no mundo, sabemos que são intensos, apesar de mascarados sob a suposição de um “êxodo rural”, apresentado como se derivasse da vontade ou desejo dessas populações de partirem em direção a uma vida “melhor”, como assalariados urbanos. Ademais, os trabalhadores rurais tendem a estar em parte expropriados, em parte vivendo sob condições semi-autônomas ou assalariadas. Na esmagadora maioria dos casos, vivem em condições sociais de subalternidade (ao mercado, frente às classes dominantes e ao Estado) e, portanto, aproximam-se da condição de classe dos trabalhadores urbanos.

Vejamus rapidamente o escopo do trabalho rural no caso brasileiro, onde conhecemos a ferocidade das expropriações. Segundo pesquisa do DIEESE de 2014, num universo de 190 milhões de pessoas contadas no Censo de 2010, a população rural constava de aproximadamente 30 milhões de pessoas, representando 15,6% do total. Desde 1985, quando havia 23,4 milhões de trabalhadores rurais, houve uma contínua redução da população rural ocupada [trabalhadores com 10 anos ou mais]: “em 1995, a população rural ocupada era de 17,9 milhões de trabalhadores. Em 2013, essa população diminuiu para 15,2 milhões” (DIEESE, 2014:5). O número total envolve uma pequena parcela de grandes e médios proprietários mas, sobretudo, expressa uma quantidade expressiva de pequenos proprietários e de trabalhadores rurais com diversos tipos de atividade.

Os trabalhadores rurais envolvem, como dissemos, variadas situações e são classificados pelo IBGE em grandes grupos: empregados (com ou sem carteira assinada), por conta própria (quando exploram o próprio empreendimento, sozinho ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado), não remunerados (quem trabalha pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar), trabalhador para o próprio consumo (quem trabalha, durante pelo menos uma hora na semana, na produção agrícola, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação e de pelo menos um membro da unidade domiciliar), ou empregador.

Ainda segundo o DIEESE, do total de trabalhadores ocupados no campo (15,2 milhões), apenas uma ínfima parcela figurava como empregadores: 1,9%. Este número, aliás, expressa a fortíssima concentração da propriedade da terra no Brasil e reduziu-se de 559 mil proprietários em

2004 para 267 mil em 2013 (o que representa uma redução de 52,2% do número de proprietários).

O restante, quase 15 milhões de pessoas trabalhadoras, se distribuía da seguinte maneira: 29,0% (4,0 milhões) estavam na condição de empregados (com e sem carteira de trabalho assinada), 28,3% (3,9 milhões) como conta própria, 30,3% (4,2 milhões) como trabalhadores na produção para o próprio consumo, 10,4% (1,4 milhão) como trabalhadores não remunerados. As desigualdades derivadas das condições de gênero e de cor de pele que incidem sobre o conjunto da classe trabalhadora, são ainda mais gritantes no campo.

É fundamental lembrar que procedimentos de terceirização apresentados como “novidades” urbanas integram de longa data a condição de vida dos trabalhadores rurais no Brasil:

A terceirização da mão de obra é um fenômeno antigo no meio rural e a figura do “gato”, agenciador de mão de obra, a faceta mais conhecida. Historicamente presente no campo, a terceirização da mão de obra é símbolo de trabalho precário e geralmente associado à informalidade, à subcontratação, ao trabalho escravo e a outros problemas relativos ao mundo do trabalho rural. (...) No Brasil, a terceirização está presente dos pequenos negócios rurais às grandes empresas. (DIEESE, 2014: 25)

Como se pode observar, a classe trabalhadora cresceu no mundo e no Brasil. E isso é evidente, apesar das estatísticas serem elaboradas a partir de um enfoque centrado na “mão de obra” e não voltadas para capturar a *condição de classe* da população mundial ou brasileira e, menos ainda, a situação de classe ou a consciência de classe. É possível pois supor que as classes trabalhadoras são maiores do que os números elencados acima, uma vez que todo o contingente de reserva figura nas estatísticas de maneira vaga e não qualificada, e que as tensões provenientes dos trabalhadores rurais (expressivos em termos mundiais) são muitas vezes subdimensionadas frente aos urbanos.

Temos pois uma crescente homogeneidade de condição social enquanto classe trabalhadora, ao lado de intensa heterogeneidade das posições sociais ocupadas, tanto em termos de renda, quanto em termos de direitos, de educação, acesso à saúde, cultura, expectativas, etc.

## DESAFIOS

No centenário da grande Revolução Soviética de 1917, os desafios para a luta contra o capital continuam similares: enfrentar a fragmentação da classe trabalhadora imposta cotidianamente pelo capital, construindo formas coletivas de aprendizado comum e enfrentando o

conjunto de opressões e discriminações permanentemente reatualizadas pela subalternização das classes trabalhadoras. Isto é, partir da condição de classe comum para socializar o conjunto da existência, expropriando os expropriadores.

A expansão do capitalismo corresponde a um crescimento das classes trabalhadoras, mas não à sua homogeneização política, cultural ou social. Isso não significa entretanto redução das lutas. Crescem inúmeras reivindicações pontuais (lutas urbanas, de bairros, de jovens, lutas religiosas); aumentam intervenções para fazer frente a situações emergenciais como fome, cataclismos, doenças graves, crimes ambientais, etc., estabelecendo protocolos importantes mas que muitas vezes se limitam a gerar efeitos paliativos, desconsiderando suas causas fundamentais; prosseguem as lutas sindicais e corporativas, legítimas embora com contingentes de trabalhadores proporcionalmente reduzidos; multiplicam-se enfrentamentos diversos contra vários tipos de discriminações (racismo, machismo, sexismo, xenofobias, etc.). Embora nem sempre coligadas de maneira explícita com a luta anticapitalista, todas elas são formas de luta de setores da classe trabalhadora frente às contradições crescentes da sua existência.

Na atualidade, práticas empresariais sustentadas por entidades internacionais e nacionais procuram sistematicamente impedir que tais lutas parciais derivem em enfrentamentos de maior porte ao capitalismo. Inúmeras entidades empresariais fundacionais e “sem fins lucrativos” impelem a uma fragmentação ainda maior, não apenas sugerindo que tais desigualdades são circunstanciais e podem encontrar solução sob o capital, mas oferecendo suporte de ordens variadas a alguns setores, sobretudo através de pequenos aportes financeiros, sustentando “projetos” que lhes são convenientes. Tal apoio pretende sobretudo formar “elites” em alguns setores populares, capturando-as para a gestão de programas sociais minúsculos e privatizados, embora fortemente internacionalizados em alguns casos (especialmente na questão ambiental). Em outra vertente, essa prática empresarial constitui um viés de corrosão da gestão pública, procurando convertê-la em gestão privada da coisa pública. O ativismo empresarial de cunho mercantil-filantrópico propõe substituir de maneira pontual e focalizada os direitos sociais públicos de cunho universal. A rigor, trata-se de luta de classes: as burguesias não pretendem mudar o mundo do capital, mas adequar a população às suas determinações. São intervenções constantes patronais na luta de classes, mas são impotentes para desfazer as contradições que exacerbam.

Não se deve entretanto esquecer que esse ativismo empresarial denota o temor das classes dominantes de eventual associação entre tantas reivindicações, sobretudo as que concernem às exigências de igualdade social, de respeito às diferenças e de garantia de um sociometabolismo que assegure as relações de troca entre sociedade e natureza, enfrentando as novas desigualdades e devastações humanas e naturais. Nesse ativismo empresarial, um anticomunismo primário se

mescla com filantropia – a filantropia é a expressão da riqueza em seu viés condescendente, doando o supérfluo para minorar os males que provoca. Se o convencimento não for suficiente, a violência estatal ou para-militar destina-se aos recalcitrantes.

Sabemos que não poderemos ser plenamente diversos (e diferentes) a não ser sob condições de igualdade. A desigualdade social somente fomenta hierarquias e preconceitos, não permitindo a livre expressão da diversidade humana, cultural e social. Como magistralmente lembrou Rosa Luxemburgo, a luta que devemos enfrentar é “por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”. Cor de pele, sexo e gênero, origem regional ou nacional, língua ou cultura são expressões da enorme riqueza social da humanidade. Essa é uma riqueza que recusa a se converter em produtos mercantis. Enfrentar os preconceitos entretanto – permanentemente reafirmados – envolve múltiplas organizações e dinâmicas de luta, todas elas submetidas a enormes pressões.

A construção de uma posição ideopolítica comum da classe trabalhadora, correspondente à homogeneização de sua condição de classe, mas admitindo os enormes desafios de sua extrema desigualdade e diversidade, precisa ser capaz de integrar as lutas parciais e, ao mesmo tempo, evitar posições que se apresentem como se fossem expressões de uma classe trabalhadora abstrata, unida apenas retoricamente. Como lembrou Mattos:

queremos insistir aqui na necessidade, para as análises marxistas e políticas socialistas, de buscar combinar a denúncia da persistência e violência das opressões – reconhecendo o protagonismo das expressões diretas das experiências dos que vivenciam cada situação opressiva particular (o “lugar de fala” para usar uma expressão contemporânea) – ao debate sobre as formas intrincadas como cada uma delas se integra à totalidade das relações de dominação capitalistas. (...) *tão perigosa quanto a fragmentação completa das lutas inerente à primeira possibilidade, é a perspectiva que elude as distintas experiências em nome de uma unidade absoluta e abstrata do sujeito classe trabalhadora.* Uma unidade absoluta que não é possível em nenhuma realidade histórica concreta. (MATTOS, 2017 b, grifos nossos)

A construção de novas e poderosas sínteses entre as diversas lutas sociais pela igualdade, nos termos colocados anteriormente, é nosso desafio permanente. As contradições sociais são diretamente vividas pelas classes trabalhadoras, experimentadas em seus cotidianos, e se expressam muitas vezes em reivindicações parciais. Seu enfrentamento envolve muitos âmbitos, dos quais mencionaremos apenas alguns, relacionados sobretudo às práticas educativas e formativas, tema deste Seminário. O primeiro é a permanente produção do conhecimento contra-hegemônico, isto é voltado para explicitar as condições efetivas das contradições sociais exasperadas pela dominação incontestada do capitalismo na atualidade. Lutar contra o disciplinamento (teórico e prático) da

produção científica pelo capital é uma condição fundamental. O segundo parece-me a construção de modalidades formativas e organizativas que não se limitem à institucionalidade dominante, cujo papel tende a ser o de amplificar através do Estado e de suas políticas as exigências empresariais, de domesticar as lutas sociais, adequando os militantes os limites impostos pela reprodução do capital, através de proposições de “ajustes” e “pactos” cuja primeira condição é... cessar a luta. O terceiro é que tanto a formação quanto as próprias organizações mantenham e aprofundem o papel *prático* (na sua própria estrutura organizativa) e *teórico* (abrangendo a pluralidade das contribuições do pensamento crítico e marxista) da formação humana para a emancipação. Adicionalmente, tais organizações precisarão experimentar, em seu próprio âmago, a prática da verdadeira democracia socialista, a da igualdade que incide desde os processos produtivos, que se constrói com a diversidade, a do conhecimento que se socializa porque também aprende com as classes trabalhadoras, e não apenas se impõe desde um patamar supostamente superior. Há uma necessária e tensa dialética entre o papel de concepção e mando reservado nas sociedades capitalistas ao “trabalho intelectual” e as lutas das classes trabalhadoras. Superá-lo é uma de nossas tarefas enquanto educadores. Esses enfrentamentos nos permitem retomar alguns dos mais poderosos ensinamentos e práticas da Revolução Russa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. SP, Boitempo, 1999
- ANTUNES, R. e BRAGA, R. *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. SP, Boitempo, 2009
- ANTUNES, R. e SILVA, M.A.M. (Orgs). *O avesso do trabalho*. SP, Expressão Popular, vol. 1, 2004 e vol. 2, 2010.
- BANCO MUNDIAL. <http://donnees.banquemondiale.org/indicateur/SP.RUR.TOTL.ZS?view=chart>, acesso 04/07/2017.
- BOURDIEU, P. “Condição de classe e posição de classe”. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 2007.
- BRAGA, R. *A política do precariado*. SP, Boitempo, 2012.
- DAL ROSSO, S. *Mais trabalho!* SP, Boitempo, 2008;
- DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – *Estudos e Pesquisas No 74 – out. 2014 - O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro* Disponível em <https://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2014/estpesq74trabalhoRural.pdf>, acesso 04/07/2017.
- FONTES, V. - “A questão nacional: alguns desafios para a reflexão histórica” . In: Mendonça, S. R. e Motta, M. (Org.). *Nação em crise: as dimensões da história*. Niterói, Eduff, 1998.
- FONTES, V. “Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho”. In: *KALLAIKIA – Revista de Estudos Galegos*. Galiza (Espanha), Nº 2, junho de 2017
- FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio, Ed. UFRJ/EPSJV, 2010
- HOBSBAWM, E. e RANGER, T. (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984
- LINDER, M. V. der. *Trabalhadores do Mundo: ensaios para uma história global do trabalho*,

Campinas, Ed. Unicamp, 2013

MARX, K. *O capital*. SP, Nova Cultural, 1985, esp. Cap. XXIV

MATTOS, M. Badaró. *O sujeito histórico: notas introdutórias para o debate da esquerda socialista no Brasil* In: <http://blogjunho.com.br/o-sujeito-historico-notas-introdutorias-para-o-debate-da-esquerda-socialista-no-brasil/> 2017 (a). Acesso 21/05/2017.

MATTOS, M. Badaró. *Ainda o sujeito histórico*, In: [http://blogjunho.com.br/ainda-o-sujeito-historico-ou-outros-sujeitos-notas-introdutorias-para-o-debate-da-esquerda-socialista-no-brasil/#\\_ftnref7](http://blogjunho.com.br/ainda-o-sujeito-historico-ou-outros-sujeitos-notas-introdutorias-para-o-debate-da-esquerda-socialista-no-brasil/#_ftnref7), 2017 (b). Acesso 21/05/2017.

POCHMANN, M. *O mito da grande classe média*. SP, Boitempo, 2014;

SILVEIRA, D. e CAVALLINI, M. - *Desemprego fica em 13,7% no 1º trimestre de 2017 e atinge 14,2 milhões* - In: <http://g1.globo.com/economia/noticia/desemprego-fica-em-137-no-1-trimestre-de-2017.ghtml>, de 28/04/2017. Acesso 21/05/2017.

SILVER, B. *O refazer-se da classe trabalhadora global* – 21/06/2016 (a), acesso em 21/05/2017, In: <http://blogjunho.com.br/o-refazer-se-da-classe-trabalhadora-global/>

SILVER, B. *Beverly Silver: é preciso unir as lutas das ruas às lutas do trabalho*, 14/10/2016 (b), In: <http://blogjunho.com.br/beverly-silver-e-preciso-unir-as-lutas-das-ruas-as-lutas-do-trabalho/>, acesso 21/05/2017.

SILVER, Beverly M. *Forças do Trabalho. Movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. SP, Boitempo, 2005.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio, Paz e Terra, 1987 (3 vol); e *Costumbres em Común*. Barcelona, Crítica, 1995.

WOOD, E. M. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001